

Começa a imunização contra o vírus causador de bronquiolite

Famílias com crianças que ainda não foram contatadas devem procurar o Centro de Saúde



Imunizante é indicado a bebês prematuros e crianças com comorbidades menores de 2 anos

A Secretaria de Saúde de Campinas deu início nesta segunda-feira, 9 de março, à imunização de bebês prematuros menores de 6 meses e crianças com comorbidades menores de 2 anos contra o Vírus Sincicial Respiratório (VSR), principal causador de bronquiolite e pneumonia grave nos primeiros anos de vida.

A imunização acontece nos Centros de Saúde (CSs) e maternidades conveniadas da Prefeitura. A distribuição das doses é nominal, por meio de convocação. Responsáveis cujas crianças se enquadram no público eletivo devem procurar o CS de referência para avaliação do caso. O imunizante utilizado é o nirsevimabe, anticorpo monoclonal incorporado ao SUS pelo Ministério da Saúde.

O VSR é responsável pela maioria dos casos de bronquiolite e pneumonias em crianças menores de 2 anos. Em 2025, Campinas registrou 1.188 casos

de Síndrome Respiratória Aguda Grave (SRAG) causados pelo vírus, sendo a maioria em bebês menores de 1 ano, com 14 óbitos no período.

“O nirsevimabe chegou ao SUS para reduzir as internações e os casos graves nessa faixa etária, e hoje começamos a colocar isso em prática em Campinas. Orientamos as famílias que ainda não foram contatadas a procurem o Centro de Saúde de referência com a documentação da criança para que a equipe possa avaliar o caso”, orienta Chaúla Vizelli, coordenadora do Programa de Imunização de Campinas.

Quem tem direito?

O imunizante é indicado para bebês prematuros menores de 6 meses de idade e crianças com comorbidades menores de 2 anos que se enquadrem em um dos dois grupos a seguir: bebês prematuros: fazem parte do público todas as crianças nascidas

com até 36 semanas e 6 dias de gestação, independentemente do peso e do histórico de vacinação da mãe contra o VSR; crianças com comorbidades: têm direito ao imunizante crianças menores de 2 anos de idade portadoras de cardiopatia congênita, broncodisplasia pulmonar, imunocomprometimento grave (inato ou adquirido), Síndrome de Down, fibrose cística, doença neuromuscular ou anomalias congênitas das vias aéreas.

Como é a distribuição?

A distribuição do imunizante contra o VSR é feita de forma nominal e controlada, conforme definição do Ministério da Saúde. Isso significa que o imunizante não estará disponível à pronta entrega nos CSs. Famílias já contatadas pelos agentes de saúde devem comparecer ao CS indicado na data e horário informados no contato, levando a caderneta da criança e os documentos solici-

tados. O imunobiológico estará disponível para essa família. Famílias não contatadas, mas com bebê elegível, devem procurar o CS de referência do seu território, levando a caderneta de pré-natal ou laudo médico que comprove a condição da criança. Sendo confirmado o critério de elegibilidade, a unidade solicitará o insumo e entrará em contato para agendar a aplicação.

Os endereços e horários dos Centros de Saúde estão disponíveis em campinas.sp.gov.br/sites/vacina/.

Bebês e crianças internados

As maternidades conveniadas ao SUS em Campinas receberão um quantitativo limitado de doses. Cada unidade fará o mapeamento dos bebês internados que estejam dentro dos critérios de elegibilidade para imunização ainda durante a internação. Para os bebês que receberem alta an-

tes da aplicação, a família deve procurar o Centro de Saúde de referência levando a caderneta de pré-natal ou laudo médico e seguir o fluxo descrito acima. Os hospitais que contarão com o imunobiológico são: Maternidade de Campinas, Hospital da Mulher (Caism) e maternidade do Hospital da PUC.

O Ministério da Saúde também oferta a vacina contra o VSR para gestantes a partir da 28ª semana de gravidez. Os anticorpos produzidos pela mãe são transferidos ao bebê durante a gestação, garantindo proteção nos primeiros e mais críticos meses de vida, período em que o risco de complicações pelo vírus é mais elevado. Para gestantes, a vacina está disponível em todos os Centros de Saúde e não precisa agendar. Medidas de prevenção: lavar as mãos, manter os ambientes ventilados, evitar aglomerações com o bebê e usar máscara em caso de sintomas respiratórios.

Câmara de Campinas debate projeto de concessão do sistema das bacias PCJ

Governo de São Paulo

A Subcomissão de Segurança Hídrica, da Comissão Permanente de Meio Ambiente da Câmara Municipal de Campinas realiza nesta quarta-feira (5) uma reunião aberta ao público para debater o projeto de concessão do Sistema Adutor Regional das Bacias dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá (SAR-PCJ). O encontro será no Plenário, localizado na Av. Engenheiro Roberto Mange, 124, a partir das 10h. A TV Câmara transmite a reunião ao vivo.

A concessão proposta pelo Governo de SP defende entregar para a iniciativa privada, por 30 anos, a operação e a manutenção dos reservatórios das barragens de Pedreira e Duas Pontes (em Amparo), projetadas para abastecer a região de Campinas, além da implantação de um sistema de distribuição da

água reservada e a operação da unidade de tratamentos de resíduos do Rio Camanducaia. Representando a ANA (Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico), estão confirmadas as presenças do superintendente de Regulação de Serviços Hídricos e Segurança de Barragens, Roberto Bruno Moreira Rebouças, da superintendente de Fiscalização, Viviane dos Santos Brandão e do Diretor da SP Águas, Anderson Barboza Esteves.

Também foram convidados representantes da Agência das Bacias PCJ, da Sabesp (Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo), da Sanasa (Sociedade de Abastecimento de Água e Saneamento), os presidentes dos parlamentos da Região Metropolitana de Campinas e os prefeitos e representantes de



Rio Piracicaba, manancial que integra as bacias PCJ

departamentos de água das 20 cidades que compõem a RMC.

O vereador Wagner Romão (PT), que preside a Subcomissão, afirma que é o momento de aprofundar as discussões para garan-

tir que o projeto não prejudique os moradores. Um dos maiores receios é o aumento da tarifa de água para a população. Romão também questiona a necessidade de o SAR-PCJ ser criado um ano

antes da renovação da outorga do Sistema Cantareira e se, de fato, o governo estadual tem competência para firmar contratos de concessão e adução de água. “É perigoso fazer essa parceria público-privada em um momento de crise hídrica e um ano antes da renovação da outorga do Sistema Cantareira. Os rios Camanducaia e Jaguari são interestaduais, então a ANA precisa ser ouvida no projeto. A Sanasa hoje pega água no Rio Atibaia e não paga nada. Com a concessão, ela será obrigada a comprar água da barragem de Pedreira, estrutura que fora colocada como a grande possibilidade de aumentar a segurança hídrica no nosso município. Esse projeto não é bom para a população de Campinas e região, que pagará mais pela água que consome”, alerta o vereador.